



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
PRIMEIRA CÂMARA**

Processo nº 13005.000911/2003-90
Recurso nº 134.942
Assunto Solicitação de Diligência
Resolução nº 301-1.829
Data 26 de abril de 2007
Recorrente STILUS ELETRICIDADE LTDA - ME.
Recorrida DRJ/SANTA MARIA/RS

RESOLUÇÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

RESOLVEM os Membros da Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, converter o julgamento em diligência à Repartição de Origem, nos termos do voto do relator.

OTACÍLIO DANTAS CARTAXO
Presidente

VALMAR FONSECA DE MENEZES
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: José Luiz Novo Rossari, Luiz Roberto Domingo, George Lippert Neto, Adriana Giuntini Viana, Susy Gomes Hoffmann e Irene Souza da Trindade Torres.

RELATÓRIO

Por bem descrever os fatos, adoto o relatório da decisão recorrida, que transcrevo, a seguir.

"Trata-se de empresa excluída do Sistema Integrado de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES conforme Ato Declaratório Executivo DRF/SCS nº 459.331, de 07/08/2003, sob o fundamento de que a empresa exerce atividade econômica para a qual está vedada a opção pelo SIMPLES, no caso, 4541-1/00 – Instalação e manutenção elétrica em edificações, inclusive elevadores, escadas, esteiras rolantes e antenas.

A interessada tomou ciência do ADE nº 459.331, em 27 de agosto de 2003, conforme cópia do AR à folha 16.

Apresentou sua manifestação de inconformidade em 26 de setembro de 2003 (fl. 01), instruída com cópias e/ou originais de documentos de folhas 02 a 13.

A interessada informa que não exerce atividades principais em serviços de eletricidade. Diz que no CNPJ está enquadrado nesse código por falta de outro mais adequado.

Diz que sua atividade é a colocação de aparelhos como de ar condicionado, computadores, ventiladores e trocas de disjuntores, luminárias e outros de menor significado econômico. Argumenta que não exercem atividades de função equiparada ou assemelhada a engenheiro eletro-eletrônico ou prestação de serviços de construção, edificações e reformas como consta no seu enquadramento no CNAE.

Diz que está providenciando alteração no seu contrato social visando enquadra-se em atividade que permita a opção pelo SIMPLES.

Requer a revisão da sua exclusão do SIMPLES."

A Delegacia de Julgamento proferiu decisão, nos termos da ementa transcrita adiante:

"STILUS ELETRICIDADE LTDA – ME .

Assunto: Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - Simples

Ano-calendário: 2002

Ementa: EXCLUSÃO MOTIVADA PELA ATIVIDADE ECONÔMICA EXERCIDA. Não pode optar pelo SIMPLES a empresa que exerce atividades de instalação de aparelhos de ar condicionado mesmo que os serviços sejam prestados por outro tipo de profissional ou pessoa

não qualificada, porquanto se trata do exercício de atividades assemelhadas à profissão de engenheiro.

Solicitação Indeferida”

Inconformada, a contribuinte recorre a este Conselho, pela petição de fl. 27, reiterando a sua permanência no SIMPLES.

É o relatório.



VOTO

Conselheiro Valmar Fonsêca de Menezes, Relator

Preliminarmente, verifica-se que o motivo do indeferimento da solicitação pela Delegacia de Julgamento foi o fato de que a atividade da recorrente, prevista em seu Contrato Social, à época, a impediria de ingressar na sistemática do SIMPLES.

Não obstante constar de determinado Contrato Social o rol de atividades para as quais uma empresa é constituída nada impede que esta empresa apenas exerça parte das mesmas, por sua conveniência.

Entendo que é de fundamental importância, por força do Princípio da Verdade Material, que seja verificada a verdadeira atividade da recorrente, não se atendo a decisão apenas ao texto constante do Contrato Social.

Desta forma, entendo que deva o presente julgamento convertido em diligência para que a Delegacia de origem proceda à verificação da real atividade da contribuinte, à vista dos seus documentos, ou com utilização de outros recursos, a critério da autoridade fiscal.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 2007


VALMAR FONSECA DE MENEZES - Relator